ATA N.º 044/20 REUNIÃO

30 de outubro de 2020

Em trinta de outubro de dois mil e vinte às quatorze horas iniciou-se através da plataforma Google 1 Meet à quadragésima quarta reunião do Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna e 2 3 Infantil - CEPMMI/MS. A reunião foi conduzida pela Coordenadora Karine Cavalcante da Costa - Ações em Saúde. Estiveram presentes os membros do Comitê: Hilda Guimarães de 4 Freitas - Saúde das Mulheres/SES, Carolina dos Santos Chita Raposo - Saúde da 5 Criança/SES, Larissa Lisboa Monti – Saúde das Mulheres/SES, Vanessa Chaves Miranda – 6 SOGOMAT-SUL, Bruno Holsaback Uesato - CEVITAL/Sesau; Thais Dominato Silva 7 Teixeira - NUDEM; Maristela Alves Chamorro - Rede Cegonha/SES; Sandra Letícia Souza 8 Soares Junqueira - Rede Cegonha/SES; Neide Eliane Gordo de Oliveira - Conselho 9 Estadual de Saúde; Maria de Lourdes Oshiro - ESP/SES; Gabriela Piazza Pinto - APS/SES; 10 11 Karine Gomes Jarcem - Abenfo/MS; Janainne Moraes Vilela Escobar - CEVISA/SES/MS; Anderson Leão Nogueira Holsbach - Alimentação e Nutrição - SES/MS; Karine Ferreira 12 Barbosa - CIEVS/SES/MS; Devanildo de Souza Santos - Vigilância Epidemiológica de 13 Dourados/MS; Luciana Castello Soares - SMS Corumbá/MS; Ana Paula Rezende 14 Goldfinger - CEVE; Danielle Ignácio Amorim - SMS de Três Lagoas/MS; Danielle Mauro 15 Hoffmann - Sociedade de Pediatria do MS; Newton Gonçalves Figueiredo - ESP/SES; 16 Sandra Letícia Souza Soares Junqueira – Rede Cegonha/SES; Solange Glória de Oliveira – 17 CRAS/SES; Thaís Dominato Silva Teixeira – NUDEM. Membros do Comitê que justificaram 18 ausência: Dulce Lopes Barbosa Ribas - CRN-3; Lielza Victório Carrapateira Molina - sms 19 20 Corumbá/MS. Estiveram presentes os seguintes convidados: Vera Regina Dalla Vechia Biolchi Oliveira - Saúde da criança/SES; Alexandra - Saúde da criança/SES; Itala Apoliana 21 Guimarães Amorim - APS SES/MS; Marley Shiguematsu Ogawa NRS/ Ponta Porã; Plínio 22 Matheus de Oliveira - Ponta Porã/MS; Clelton Silva Vilas Boas - RT do Hospital Municipal 23 24 Francisco Sales em Bodoquena/MS; Cristina Escobar - Município de Coronel Sapucaia/MS; Patrícia Aparecida Corrêa - Enfermeira Coordenadora da Qualidade; Patrícia Dagostin 25 Zanette - Cosems. Reunião iniciou com a Karine Cavalcante da Costa - Ações em Saúde 26 agradecendo a todos por aceitarem o convite e estarem presente na 44ª reunião do CEPMMI, 27 solicitando a todos que coloquem no chat o nome completo, função e o município para realização 28 da lista de presença da reunião. Karine relatou que como pauta para a reunião de hoje será a 29 apresentação da Situação Epidemiológica do Estado e dados sobre as situações dos Comitês 30 Municipais de Mortalidade Materna e Infantil. estudo de dois casos de óbitos, sendo um infantil e 31 um materno, e após será passado os informes. Karine passa palavra para a Hilda Guimarães de 32 Freitas – Saúde das Mulheres/SES e a Carolina dos Santos Chita Raposo – Saúde da Criança/SES 33 para dar início a apresentação da Situação Epidemiológica do Estado e da situação dos Comitês de 34 Mortalidade Materno e Infantil dos Municipais. Hilda inicia parabenizando o Dia dos Obstetras, 35 em especial a doutora Vanessa, a qual representa esta classe que tanto dá apoio nas discussões dos 36 óbitos maternos. Após, Hilda dá início a apresentação dizendo que em relação a situação dos 37 38 óbitos maternos, MIF e infantis foi realizado um resumo para mostrar os dados. Ressaltando a importância de estudar o óbito de MIF, pois só através dos óbitos de MIF, nós que trabalhamos 39 com a mortalidade materna temos condição de saber se de fato o número de óbitos maternos 40 41 registrados é mais próximo do que está acontecendo na sociedade. Foi realizada uma comparação do ano de 2019 e 2020 durante o período de janeiro a outubro, sendo os dados retirados do sistema 42

ATA N.º 044/20 REUNIÃO

30 de outubro de 2020

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52 53

54

55

56

57

58

59

60

61 62

63

64

65

66

67

68

69

70 71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

TabNet no dia 29/10/2020. Foram 19 óbitos maternos (2019) e 11 óbitos maternos (2020), durante o período supracitado. Fazendo uma ressalva que no mês de outubro foram 3 óbitos maternos registrados, chamando a atenção sobre a hipertensão, pois todos foram por eclampsia, ressaltando a importância da discussão sobre as condutas relacionadas a hipertensão. Já em relação aos óbitos de MIF foram 762 casos em 2019 e 777 casos em 2020, sendo observado que teve um aumento nos óbitos de MIF. Após, foi realizado uma somatória dos óbitos maternos e MIF, sendo 781 casos em 2019 e 788 casos em 2020. Hilda relata sobre a pouca investigação dos óbitos, sendo que já foi cobrado aos 79 municípios a importância da investigação desses óbitos, pois só através da investigação que teremos a certeza se de fato esses óbitos é realmente o que está acontecendo. Então, quando é olhado o percentual de óbitos maternos e de MIF investigados em 2019 (91,55%) e em 2020 (61,68%), é evidente a queda das investigações, o que não é justificativa por conta da pandemia do Covid-19, pois a investigação pode ser realizada através do telefone e/ou dos prontuários hospitalares, lembrando que este é um indicador que está pactuado pelos órgãos interfederativos. Em relação aos óbitos infantis, em 2019 foram 484 óbitos em < 1 ano, sendo apenas 375 (77,63%) investigados e no ano de 2020, nesta mesma faixa etária, foram 354 óbitos e apenas 192 (54,23%) investigados. Destacando que Campo Grande tem o maior número de investigações de óbitos infantis investigados. Já em relação aos óbitos fetais, o que mais chama atenção é a qualidade em que as mulheres estão chegando para dar início a uma gestação, sendo possível verificar que em 370 óbitos fetais, sendo apenas 237 óbitos investigados (64,05%). Chama a atenção que 30 municípios (37,97%) não investigaram os óbitos fetais e/ou infantis, sendo eles: Anaurilândia, Aparecida do Taboado, Batayporã, Bataguassu, Bonito, Caarapó, Caracol, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Eldorado, Guia Lopes da Laguna, Glória de Dourados, Inocência, Itaquirai, Jaraguari, Jatei, Juti, Nova Alvorada do Sul, Paraíso da Águas, Nova Andradina, Paranaíba, Paranhos, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Rio Brilhante, Rio Verde, Santa Rita do Pardo, Tacuru, Terenos. Ressalta a grande preocupação em relação ao município de Corumbá, pois além de não apresentarem nenhum óbito materno neste ano, a investigação de MIF está baixa e de óbito infantil está mais baixo ainda, tornando uma grande preocupação neste momento em relação ao óbito infantil. Todos estes municípios receberam por email da área da Saúde da Criança um Ofício alertando a importância da investigação e do pacto que foi firmado e será cobrado aos gestores. Em torno de uns 3 meses estamos insistindo aos municípios que é necessário reestruturar o Comitê, realizando reuniões virtuais, caso não consigam formar um Comitê, que criem uma Comissão para estudos dos óbitos. Foi ligado para todos os municípios, sendo que 64 municípios responderam as 7 questões do questionário que foi elaborado a respeito do Comitê através da plataforma FormSus, 15 municípios não responderam o questionário, sendo eles: Amambai, Aparecido da Taboado, Coronel Sapucaia, Batayporã, Bataguassu, Dourados, Dois Irmãos do Buriti, São Gabriel do Oeste, Nova Alvorado da Sul, Jateí, Naviraí, Glória de Dourados, Rio Brilhante, Jaraguari, Itaquiraí. Dos 64 municípios que responderam o questionário, foi possível viabilizar a situação dos Comitês, sendo que em 27 municípios (43%) estão inativos, 20 (32%) não possui e apenas em 16 municípios (25%) estão com o Comitê ativo. Esta situação é muito preocupante, pois a maioria dos municípios que responderam o questionário não possui qualquer envolvimento em estudar o óbito materno, sendo a vigilância o compromisso dos municípios. É pactuado, cobrado e com recurso do Ministério da

ATA N.º 044/20 REUNIÃO

30 de outubro de 2020

Saúde para a estruturação dos Comitês, devendo ser modificada esta situação no estado de Mato 85 Grosso do Sul. Assim, gostaria de aproveitar o momento e dizer sobre a importância que tem para 86 87 o município se estruturar ao Comitê, pois só assim saberá o motivo dos óbitos. Hilda agradece e Karine retoma a palavra dizendo que em sua avaliação, este Comitê Estadual de Prevenção da 88 Mortalidade Materna e Infantil começou a atuar, por conta das recomendações, houve reforço nas 89 ações e muito da redução da mortalidade materna que temos hoje no estado nos últimos anos, foi 90 graças ao Comitê, reforçando ainda mais a importância da efetivação dos Comitês nos municípios. 91 Karine pergunta se alguém tem alguma colocação para fazer. Devanildo de Souza Santos -92 Vigilância Epidemiológica de Dourados/MS faz uma colocação de que o município de Dourados 93 respondeu ao questionário sobre o Comitê Municipal. Hilda o orienta que o sistema não computou 94 95 que Dourados tinha respondido, mas que pode ser realizada a correção em decorrência de falha do formulário e, também, como o questionário já está fechado, pode ser aberto novamente para que 96 seja respondido pelo Município de Dourados. Devanildo concorda com Hilda e Karine retoma a 97 palavra orientando aos participantes sobre as duas propostas de datas para o agendamento das 98 próximas reuniões do CEPMMI, sendo a 1ª proposta as seguintes datas: 11/11/2020 e 02/12/2020; 99 e a segunda proposta: 25/11/2020 e 16/12/2020. Karine passa a palavra para a Cristina Escobar -100 Município de Coronel Sapucaia/MS que apresentará o estudo do óbito materno. Por problemas 101 técnicos, Cristina não conseguiu visualizar a apresentação, não sendo possível apresentar o caso. 102 Assim, Karine iniciou a apresentação com a colaboração da Cristina. Inicia a apresentação com o 103 104 Histórico da paciente: A.M.O., 33 anos, 2ª gestação, última gestação há 9 anos atrás, não teve nenhum problema de saúde em gestação anterior. Iniciou o pré-natal da 2ª gestação tardiamente, 105 apresentando 25 semanas, por medo dos familiares de acordo com o relato da irmã. A.M.O não 106 tinha um emprego fixo, estava cursando o ensino médio e quando descobriu a gravidez já não 107 estava mais com o companheiro. Apenas a mãe e a irmã ajudavam no orçamento doméstico, 108 porém a mãe havia falecido a pouco tempo, então só a irmã que estava arcando as despesas da 109 casa. Histórico anteriores da Unidade de Saúde: caderneta de vacinação completa, tratamento 110 odontológico concluído. Histórico pressão arterial (PA) ano de 2012 - PA 120x80; ano de 2013 -111 112 PA 120x90; ano de 2014 - PA 100x70; ano de 2015 - PA110x80; ano de 2019 - PA120x70. Resumo do caso: A.M.O. 33 anos, cor parda, solteira, ensino médio incompleto, 2ª gestação. A 1ª 113 gestação foi gravidez única, parto vaginal. A 2ª gestação foi gravidez única, Data da Última 114 Menstruação (DUM) de 05/12/2019, Data Provável do Parto (DPP) em 13/09/2020, Idade 115 Gestacional (IG) de 30 semanas. PA: 220x120 mmHg, batimento cardíaco fetal (BCF): 146bpm. 116 Caso de óbito ocorrido em 26/07/2020. Pré-natal na Unidade de Saúde: 1ª Consulta realizada no 117 dia 15/06/2020 com a enfermeira, sendo realizado coleta de sangue para triagem da 1º fase Iped 118 Apae, testes rápidos, solicitado exames complementares e USG obstétrica. A enfermeira relata que 119 não costuma aferir sinais vitais da gestante na 1ª consulta de pré-natal. A 2ª consulta foi realizada 120 no dia 25/06/2020 com o médico da Unidade de Saúde, apresentando PA 120X60 mmHg, peso 121 77Kg, BCF 146 bpm, hipótese diagnóstica de I.T.U e prescrito medicamento, segundo prontuário 122 médico. A 3ª consulta foi realizada no dia 24/07/2020, SSVV: PA 160X90 mmHg, peso 82kg, 123 BCF 146 bpm, hipótese diagnóstica de azia e cansaço e aumento de 5 kg em 28 dias, a orientação 124 125 foi dieta alimentar e exercício físico, de acordo com prontuário médico. Nesse mesmo dia foi prescrito ácido fólico e sulfato ferroso. O ACS realizou também visitas domiciliares e orientou 126

COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL/CEPMMI ATA N.º 044/20 REUNIÃO

30 de outubro de 2020

sobre a caderneta de gestante e sobre consulta médica. Atendimento hospitalar: A.M.O deu 127 entrada no hospital no dia 26/07/2020 às 21:30 horas, consciente, orientada, deambulando. 128 129 ansiosa, não conseguia ficar parada ou deitada, com dificuldade respiratória, algia epigástrica com irradiação em subcostal bilateral, quatro episódios de êmese. SSVV: PA 220X120 mmHg. Foi 130 realizada medicação anti-hipertensivo (hidralazina via endovenosa) e solicitado vaga zero no core. 131 Veia heparenizada. Soro fisiológico 0,9% 250 ml + Sulfato de magnésio via endovenosa 40 132 gotas/minuto. Sulfato de magnésio 2 ampolas intramuscular nas nádegas. Foi realizada medicação 133 na paciente assim que deu entrada no hospital às 21:30hs. Causa básica da declaração de óbito: 134 1219 - Infarto Agudo do Miocárdio; 0150 - Eclampsia na gravidez; E669-Obesidade não 135 especificada. Situação atual da família: A.M.O deixou um filho de 9 anos do sexo masculino, 136 137 atualmente está morando com duas tia e uma prima, o mesmo está em acompanhamento psicológico, segundo relato da tia que ficou responsável pelo menor, não está ajudando muito, 138 como dormia sempre abraçado com a mãe, todas as noites pega o sobrinho chorando abraçando a 139 camiseta da falecida, pedindo para Deus leva-lo também. Atualmente o pai encontra-se preso, a 140 família não recebe nenhum benefício assistencial. Fragilidades encontradas: Falta de protocolo 141 para atendimento da Doença Hipertensiva Específica da Gravidez (DHEG); prontuário da 142 Estratégia Saúde da Família (ESP) sem anotações de BCF e Altura Uterina (AU); falha no 143 planejamento familiar; não há registro de informações do quadro geral da paciente durante a 144 consulta; não há registro de queixas da paciente. Recomendações realizadas pelo Comitê 145 146 **Municipal:** Implantar e capacitar os profissionais no protocolo de hipertensão arterial na gestação; acompanhamento psicológico do filho e da família; melhorar registro da atenção à gestante no pré-147 natal; realização de capacitação e implantação do planejamento familiar; rever tratamento 148 medicamentoso para gestante com hipertensão (início do AAS 150 mg) no pré-natal e na 149 150 assistência hospitalar; realização de capacitação dos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) para o pré-natal; inserir protocolo de sulfato de magnésio; horizontalização da assistência às 151 pacientes internadas. Karine abre para os participantes realizarem considerações ao caso 152 apresentado. Foi questionado pela Vanessa Chaves Miranda – SOGOMAT-SUL se o médico que 153 acompanhou a gestante durante o pré-natal era clínico ou obstetra. Cristina responde que o médico 154 não era obstetra. Hilda diz que questionou bastante a Cristina quando ela começou a estudar o caso 155 sobre o que a enfermeira fez, pois na faculdade de enfermagem aprende-se a realizar consulta de 156 enfermagem, e durante a consulta de enfermagem é previsto que veja integralmente a gestante na 157 primeira consulta. Hilda ressalta a importância da realização da 1ª consulta da gestante, seja feita 158 pelo enfermeiro ou pelo médico, não devendo se restringir apenas no preenchimento de 159 formulários e solicitação de exames. Outro assunto citado pela Hilda, foi que ela questionou a 160 Cristina sobre a 2ª consulta de pré-natal, salientando que a gestante deveria ter sido encaminhada 161 pelo médico para o hospital, já que estava com a PA alterada e aumento do peso. E enfatiza que 162 ficou muito claro qual o papel que nós como profissionais da saúde temos que ter quando é 163 realizada uma visita domiciliar e dada orientações pertinentes sobre o que tem disponíveis nas 164 Unidades de Saúde, por exemplo. Karine faz 3 perguntas do chat para a Cristina, a 1ª feita pela 165 Vanessa foi se realizou necropsia. Cristina relata que não sabe se foi feita a necropsia. A 2ª 166 167 pergunta foi se a gestante recebeu orientação nutricional e se passou por algum nutricionista. Cristina responde que não, que apenas passou em consulta com o médico e que ele orientou sobre 168

COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL/CEPMMI ATA N.º 044/20 REUNIÃO

30 de outubro de 2020

as questões nutricionais. A 3ª pergunta foi se o hospital tinha algum protocolo de enfermagem. Cristina relata que foi questionado por ela, mas que eles não souberam informar se tinha algum protocolo. Karine também pergunta se a gestante passou por algum atendimento com especialista. Cristina responde que não passou pelo obstetra, que a gestante não foi encaminhada para Dourados. Recomendações realizadas pelo Comitê Estadual: qualificação da consulta do enfermeiro com os protocolos existentes de atenção à gestante (parceria com ABENFO); rever conduta profissional quanto às providências para acompanhamento da PA; disponibilização de métodos contraceptivos e ampliar o acesso à população; capacitação dos profissionais na atenção à gestante com doença crônica em municípios sem especialistas (parceria com SOGOMAT); estabelecer os critérios para estratificação de risco gestacional; captação precoce da gestante qualificando os profissionais da APS, especialmente os ACS; qualificar os profissionais que atuam nos serviços de Urgência e Emergência; sugerir a reclassificação da causas básicas da Declaração de Óbito; divulgação dos dados epidemiológicos quanto ao impacto da hipertensão na gravidez para utilização dos protocolos existentes pelos profissionais durante à atenção à gestante; qualificar os profissionais quanto às orientações nutricionais e da necessidade de encaminhamento responsável ao profissional nutricionista. Sugestões de reclassificação: parte 1 - a) Pré-eclâmpsia grave e parte 2 – a) Obesidade. Karine passa para o próximo estudo de caso de óbito infantil que será apresentado pela Danielle Ignácio Amorim - SMS de Três Lagoas/MS. Danielle dá início a apresentação com o histórico da paciente. Gestante J.L.V.S., 28 anos, Gesta 4, Parto cesárea 3, Aborto 0, usuária de crack e álcool, profissional do sexo, apresenta déficit cognitivo importante, incapaz de criar os filhos (todos foram recolhidos pelo Ministério Público). Acompanhada pelo CRAS, CREAS, Equipe Multidisciplinar de Prevenção e Assistência (EMPA), Ministério Público. Último parto há 9 meses, criança também recolhida para adoção. Em todas as gestações a paciente não cessou o uso de crack. DHEG na segunda gestação em 2014. Em 21/05/2020 iniciou pré-natal com a enfermeira na UBS, informando ter cessado o uso de drogas, porém não soube informar a DUM, sendo difícil identificar a IG. Foi solicitado exames do primeiro trimestre, exames de rotina para o parceiro, realizado teste do dedinho, testes rápidos não reagentes de HIV, sífilis, hepatites, agendado ginecologista. No dia 28/05/2020 compareceu à consulta com a ginecologista na mesma unidade apresentando AU de 25cm e BCF de 145bpm, foi solicitado ultrassonografia (USG) obstétrica e orientado retorno em 30 dias com resultados dos exames. A USG obstétrica foi agendada para o dia 29/06/2020 às 13:00hs na Clínica da Mulher. A UBS Novo Oeste disponibilizou condução da prefeitura para levar a gestante no dia e horário agendado do exame, porém o motorista compareceu à residência da paciente às 12:30 aguardando até às 13:00, sendo que ela não estava em casa. Neste mesmo horário o coordenador da UBS avistou a paciente em outro local da cidade. Com consulta com ginecologista agendada para 30/06/2020, gestante não compareceu e comunicou ACS que estava dormindo. A consulta foi remarcada para o dia 02/07/2020, neste dia a ACS foi até a casa da gestante e acordou a mesma para ir à consulta, foi junto a ela.

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178 179

180

181

182

183

184

185

186

187 188

189

190

191 192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

ATA N.º 044/20 REUNIÃO

30 de outubro de 2020

Durante a consulta foi orientada quanto importância do pré-natal e reagendado USG obstétrica 209 para o dia 14/08/2020 às 13:00hs na Clínica da Mulher, novamente com carro disponível para 210 211 leva- lá. A gestante informou em consulta que está abusando das drogas novamente e que o companheiro passou usar drogas também. Refere tosse, exames de sangue normais e do 212 companheiro também, AU 27cm, BCF 145bpm. Na madrugada do dia 04/07/2020 gestante 213 procurou o hospital referindo mal-estar e relatou que havia feito uso de grande quantidade de 214 crack neste mesmo dia. Ao exame, constatado óbito fetal, induzido ao parto vaginal. Nasceu feto 215 morto, sem IG definida, sexo masculino, pesando 562g. Paciente faltou à consulta puerperal 216 agendada para o dia 07/07/2020, reagendada para o dia 09/07/2020, ela faltou novamente e, em 217 03/08/2020 também faltou a consulta agendada. Em contato com a Unidade de Saúde que 218 219 acompanha a paciente, relatado que a paciente não tem ficado em casa. Observações em prontuário ambulatorial: Em 2015, tratamento psiquiátrico devidos sintomas ansiosos e CID 220 F70 – retardo mental leve, estável. Residia em abrigo; Primeira gestação em 2007, B.V.S, 12 anos, 221 Casa acolhedora – adotado; Segunda gestação em 2014, B.S.S, 6 anos – agressão física em 2017, 222 casa acolhedora 2018 - adotado em 2019; Terceira gestação em 2019, G.S.G, 11 meses - houve 223 internação compulsória da gestante por 15 dias. Criança foi acolhida pela tia paterna desde o 224 nascimento, aguardando guarda definitiva – crises convulsivas desde os 3 meses não associado a 225 picos febris ou traumas - em uso de Fenobarbital. Serviços de Saúde do município de Três 226 Lagoas: Porta de entrada – UBS, ESF, EACS e CAPS; Pré-natal realizado na Clínica da Mulher 227 228 (referência alto risco) após comunicado da porta de entrada; EMPA - acompanha a paciente de maneira integral em todos os atendimentos necessários frente à gestação e condições, inclusive 229 sobre planejamento familiar; Município oferece para planejamento familiar - D.I.U, implante 230 contraceptivo, pílula anticoncepcional, preservativos masculino e feminino, vasectomia, 231 232 laqueadura, anticoncepcional injetável. Karine agradece a Danielle pela apresentação e dá início as intervenções para o caso. Hilda questionado o fato de dizer que a paciente em questão não queria o 233 uso de LARC, talvez deveria ser feito uma abordagem diferente. E, uma paciente que tem todo 234 histórico como o dela, é essencial que seja realizado todos atendimentos e procedimentos no dia 235 236 que ela comparece no local, pois é difícil ficar agendando retorno, ela dificilmente comparecia. Hilda também ressalta que o método contraceptivo indicado para usuário de crack não é o DIU de 237 cobre e, sim, o implanom, sendo que este método está disponível na rede. E a importância de ter 238 um protocolo de implantação de LARC no hospital de Três Lagoas para que não seja implantado 239 só na Clínica como ocorre no município, segundo informações da Danielle. Foi questionado a 240 Danielle se houve visita domiciliar do médico e do enfermeiro a paciente. Danielle responde que 241 registrado no prontuário tem visita domiciliar do enfermeiro e do ACS. Intervenções do Comitê: 242 Elaboração de Plano Terapêutico Singular Multiprofissional; Qualificação dos profissionais 243 quanto à atenção a gestantes com transtorno mental ou uso de álcool/crack/drogas; Elaborar fluxo 244 municipal de inserção de LARC; Integração das Redes de Atenção à Saúde (Materno infantil e 245 Psicossocial); Elaborar circuito de cuidado integrado num único momento, para não haver 246 necessidade de idas e vindas da gestante no serviço de saúde; Qualificar a abordagem dos 247 profissionais às pessoas com transtorno mental e usuários de álcool/crack/drogas, sensibilizando-248 249 os a encontrar referências de confiança e vínculo com a gestante; Inserir meta na contratualização do hospital a inserção dos LARC - encontram-se no momento na renovação da contratualização; 250

COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL/CEPMMI ATA N.º 044/20 REUNIÃO

30 de outubro de 2020

Iniciar o processo de implantação de inserção dos LARC pós parto, pós aborto, tendo em vista o
hospital - HNSA ser referência para a macrorregião de Três Lagoas; Articulação intersetorial para
elaboração de plano ampliado de cuidados. Karine orienta que as datas escolhidas para as
próximas reuniões foi dia 25/11/2020 e 16/12/2020. Hilda também orientou que a Resolução do
Regimento do Comitê e a composição dos membros já foi passado aos participantes do CEPMMI
e que está aguardando a publicação em diário oficial. Karine agradece a participação de todos e
reunião se encerra às 16:30hs.